

30
Anos

Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agtbauru.org.br


DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.1.2025.4176>

REDES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS JUVENIS E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: ESTUDO EM CONTEXTOS APROXIMATIVOS DAS PERIFERIAS URBANAS DE SALVADOR E LISBOA

**SOCIAL NETWORKS, PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND GEOGRAPHICAL
EDUCATION: A STUDY IN APPROXIMATIVE CONTEXTS OF THE URBAN
PERIPHERIES OF SALVADOR AND LISBON**

**REDES SOCIALES, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA JUVENTUD Y
EDUCACIÓN GEOGRÁFICA: UN ESTUDIO EN CONTEXTOS APROXIMATIVOS
DE LAS PERIFERIAS URBANAS DE SALVADOR Y LISBOA**

Natanael Reis Bomfim¹

 0000-0002-5122-9820
nrbomfim@uneb.br

1 Pós-Doutor em educação Pela Universidade Aberta de Portugal, Pós-Doutor em Educação e Turismo pela Universidade de Paris 1, Doutor em Educação pela Universidade do Quebec em Montreal - Canadá/Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC)/Pesquisador Associado do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (CIERS-ed)/Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5122-9820>. E-mail: nrbomfim@uneb.br.

Artigo recebido em abril de 2024 e aceito para publicação em janeiro de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo é um desdobramento dos estudos de pós-doutoramento na Universidad Aberta de Lisboa, financiado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e teve o objetivo analisar as redes sociais de jovens periféricos e sua articulação com as políticas públicas juvenis, a fim de contribuir com orientações de práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas. O objeto de estudo emerge dos contextos de jovens periféricos, dos debates sobre normativas e documentos ministeriais e sobre formação professores de geografia. O percurso metodológico de caráter qualitativo deu-se em quatro etapas pelas abordagens: bibliográfica, empírica, documental, cujos lócus da investigação foram o Subúrbio Ferroviário de Salvador (SFS) e Área Metropolitana de Lisboa. Para isto, usamos a técnica da amostragem em “*snowball sampling*”, para a aplicação de questionário sócio-demográfico, a entrevista semiestruturada aos 10 representantes de coletivos de jovens e busca em sites e redes sociais. Os resultados apontaram reformulação de conceitos sobre periferias e educação nas periferias urbanas; apontaram saberes capazes de mobilizar reflexões acerca das relações constitutivas jovens periféricos e políticas públicas efetivas. E permitiram compreender o pensamento e comportamento desses jovens, face às suas redes sociais e articulação com as políticas públicas juvenis como forma de orientar práticas pedagógicas de professores da Educação Geográfica em escolas de periferias urbanas.

Palavras-chave: Redes sociais. Políticas públicas juvenis. Educação Geográfica nas Periferias urbanas.

ABSTRACT: This article is an offshoot of postdoctoral studies at the Universidad Aberta de Lisboa, funded by the Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and aimed to analyze the social networks of peripheral youth and their articulation with public youth policies, in order to contribute to guidelines for pedagogical practices in Geographic Education in schools in urban peripheries. The object of study emerges from the contexts of peripheral youth, from debates on regulations and ministerial documents and on geography teacher training. The qualitative methodological path was carried out in four stages through the following approaches: bibliographical, empirical, and documentary, whose locus of investigation were the Subúrbio Ferroviário de Salvador (SFS) and the Metropolitan Area of Lisbon. For this, we used the “*snowball sampling*” technique, to apply a sociodemographic questionnaire, semi-structured interviews with 10 representatives of youth groups and searches on websites and social networks. The results indicated a reformulation of concepts about peripheries and education in urban peripheries; they pointed out knowledge capable of mobilizing reflections on the constitutive relationships between peripheral youth and effective public policies. And they allowed us to understand the thinking and behavior of these young people, in light of their social networks and articulation with public youth policies as a way of guiding pedagogical practices of Geographic Education teachers in schools on the urban periphery.

Keywords: Social networks. Youth public policies. Geographic Education in urban peripheries.

RESUMEN: Este artículo es fruto de un estudio postdoctoral en la Universidad Aberta de Lisboa, financiado por el Consejo de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) y tuvo como objetivo analizar las redes sociales de los jóvenes periféricos y su articulación con las políticas públicas de juventud, con el fin de contribuir a la formulación de directrices para las prácticas pedagógicas en

Educación Geográfica en escuelas de periferias urbanas. El objeto de estudio surge de los contextos de juventudes periféricas, de los debates sobre reglamentaciones y documentos ministeriales y sobre la formación de profesores de geografía. El enfoque metodológico cualitativo se realizó en cuatro etapas: bibliográfica, empírica y documental, siendo el locus de investigación el Suburbio Ferroviario de Salvador (SFS) y el Área Metropolitana de Lisboa. Para ello, utilizamos la técnica de “muestreo bola de nieve”, para aplicar un cuestionario sociodemográfico, una entrevista semiestructurada a 10 representantes de grupos juveniles y búsquedas en páginas web y redes sociales. Los resultados apuntaron una reformulación de los conceptos sobre periferias y educación en las periferias urbanas; Señalaron aspectos capaces de movilizar reflexiones sobre las relaciones constitutivas entre juventudes periféricas y políticas públicas efectivas. Y nos permitieron comprender el pensamiento y el comportamiento de estos jóvenes, a la luz de sus redes sociales y la articulación con las políticas públicas de juventud como forma de orientar las prácticas pedagógicas de los docentes de Educación Geográfica en escuelas de la periferia urbana.

Palabras clave: Redes sociales. Políticas públicas de juventud. Educación Geográfica en periferias urbanas.

INTRODUÇÃO

Contexto, problema, objetivos e relevância da pesquisa

Na contemporaneidade, o mundo ainda está vivendo momentos de dificuldades provocados pelas diversas crises: humanitárias, sanitárias, ambientais e políticas. Este cenário sem precedentes provocou, por um lado, impacto global no contexto da educação, da saúde, da economia e, o que exigiu imediata e inédita reação de políticos e gestores públicos de todos os países, sendo debatido nos espaços midiáticos, na hipermídia e, sobretudo, nas conversações cotidianas de diferentes grupos sociais (Correia; Ramos; Bathen, 2020). Por outro lado, na educação, redesenhou-se novos contornos nos espaços escolares e não escolares, e as redes sociais de compartilhamento de aprendizagem tornam-se prementes no enfrentamento dos desafios socioeducacionais, particularmente para os/as jovens que vivem nas favelas dos subúrbios e que enfrentam a precarização quotidiana nas suas vidas (Pais, 1990; De Tommasi, 2016; Garrido; Bomfim, 2022).

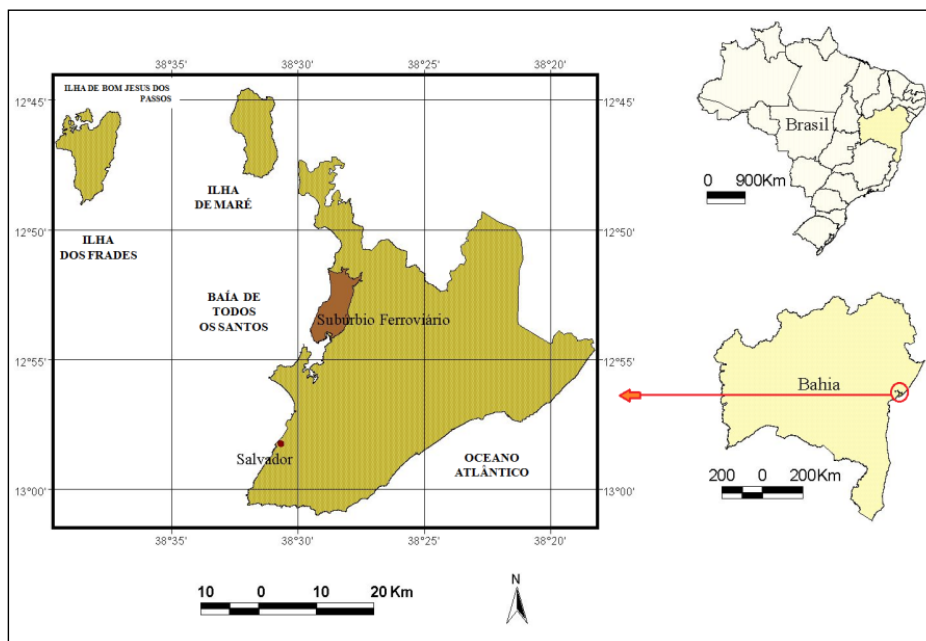
No Brasil, e no mundo, principalmente nas periferias urbanas, sucessivos fenômenos (imigração, epidemias, climáticos, guerras, entre outros) têm esgarçado as desigualdades sociais e agravado os problemas socioambientais e educacionais, como: desemprego, desalento, fome, falta de informação, dificuldade de acesso aos direitos sociais, precariedade na saúde e na educação. Nesse sentido, os jovens homogeneizados em torno da imagética da pobreza, da carência e da violência, das classes desfavorecidas foram, com frequência, se transformados num “problema social” pelos discursos oficiais desde que a juventude se tornou uma categoria analítica.

Nos espaços escolares e não escolares esse “problema social” tem sido alvo de murmurinhos entre professores, estudantes e comunidade que tendem a cair numa visão determinista rumo ao fracasso (Dowbor, 2006); entre outros se mobilizam e apontam perspectivas que rompem limites de espaço para educação na contemporaneidade, reforçando que os espaços sociais precisam ser

considerados para a construção de aprendizagens significativas, pois consideram que a ruptura com o local não faz mais sentido. A educação que ultrapassa os muros escolares ganhou amplitude e, em 1998, rememora o final do último século marcado pelo tumulto e violência ao lado do progresso econômico e científico, desigualmente distribuídos (Delors, 1998).

Segundo o IBGE, em 2024, a população da Região Metropolitana de Salvador era constituída de 3.623.647 hab.; a população da capital era de 2.568.928 hab.; e quase 42%, cerca de 1.079.000 hab. viviam em favelas e/ou comunidades urbanas. Nessa realidade social e urbana, existe cerca de 84.204 pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram a formação básica, sendo que, em relação às taxas gerais da cidade, as taxas de analfabetismo são maiores nas periferias urbanas. Destas, segundo o Relatório Final Juventude e Políticas Públicas em Salvador (UNFPA, 2013), estão 11 mil jovens analfabetos se encontram em situações de vulnerabilidades para além da precariedade de infraestrutura e dificuldade de acesso a bens e serviços públicos. Assim, por um lado, os jovens periféricos² estão sujeitos a violências simbólicas, expressas em preconceitos raciais e sociais, criminalizações e discriminações, que configuram desafios e dificuldades peculiares e adicionais à sua inclusão social e territorial. Por outro, eles forjam inovadores circuitos de convivialidade, produção e consumo de saberes e conhecimentos, que segundo Hollanda (2015) são coletivos, organizações autogeridas, descentralizadas, flexíveis e situacionais, capazes de ressignificarem sentidos existenciais e proporcionarem identidades coletivas que contrariam os estigmas e a atomização da vida urbana.

Nesse contexto situa-se o Subúrbio Ferroviário de Salvador (SFS) - (Figura 1).



Fonte: Ramos *et al.* X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2013 apud Santana (2021).

Figura 1. Mapa de Localização do Subúrbio Ferroviário de Salvador – BA – Brasil.

Considerado uma periferia urbana da Região Metropolitana de Salvador (RMS), o SFS apresenta uma extensão litorânea de aproximadamente dezoito quilômetros de praias que se estende pela Baía de Todos-os-Santos, que margeiam os 15 bairros e três ilhas. Segundo Bomfim e Santana (2021), esses bairros apresentam ocupações informais, falta de atenção dos órgãos públicos e traduzem a

espontaneidade das estratégias de ocupação emanadas das necessidades da população local. Em 2015, segundo o IBGE, no SFS viviam 286 mil habitantes distribuídos em 22 bairros. Desses, os menos e mais populosos são: Paripe (55 mil), Periperi (47 mil) e Plataforma (34 mil) seguidos das ilhas dos Frades (733 mil), de Bom Jesus dos Passos (1.465 mil) e de Maré (4.236 mil).

Segundo Bomfim e Garrido (2022), no SFS existem diversos grupos que, na maioria das vezes, formados por jovens estudantes e moradores da comunidade local, se unem em prol de um objetivo comum, seja ele político, artístico ou puramente profissional. Já os estudos de Pimentel, Bomfim e Santana (2021), com jovens dessa periferia, apontaram uma significação tecida por redes de compartilhamento que permitem ações concomitantes de saberes e conhecimentos em suas práticas cotidianas, desenvolvendo estratégias e táticas que podem orientar as políticas públicas juvenis e contribuir para ampliação de espaços comunitários que são fortalecidos pelas memórias e identidades locais.

Em Lisboa, a pesquisa bibliográfica apontou que os estudos de Raposo e Varela (2017, p. 10) apontaram que o olhar para o jovem como “problema social” vem sendo sustentado por várias notícias midiáticas num processo que envolve o ciclo “pobreza-negitude-violência-bairro”. Entretanto, Raposo, Varela e Ferro (2018) discutem as sociabilidades, as trocas culturais e partilha de saberes, e concluem que a música está centro das trajetória e na construção das identidades sociais de migrantes caboverdianos no território do atual Município de Amadora da Área metropolitana de Lisboa (AML). Campos e Vaz (2013) também investigaram a condição de jovem negro no bairro do Alto da Cova da Moura, na Área Metropolitana de Lisboa, e verificaram que ele é estigmatizado pela mídia e pelo poder público, em função dos aspectos socioeconômicos e étnicos. Concluem então, que o *graffite* e o *rap* são instrumentos identitários, de empoderamento juvenil e enfrentamento social.

Sobre as políticas públicas de juventudes, Raposo e Aderaldo (2019) que investigaram os Programas: “Valorização de Iniciativas Culturais” (VAI) – São Paulo e “Escolhas” (PE) – Lisboa, debateram alguns aspectos dessas políticas públicas e concluíram que, diferente daquela política pública brasileira, o Programa Escolhas tende a remeter os jovens para uma posição passiva, pois a sua participação encontra-se subordinada a uma concepção ideológica que obstrui a emergência de posturas mais reivindicativas e insurgentes.

Nesse contexto, o debate, em torno do que é local e externo à escola, se funda na articulação entre os conhecimentos do senso comum com os conhecimentos escolares, manifestada nos documentos oficiais que regem a educação no Brasil. Por esse viés, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/9394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE), (2014-2024) destacam para os ensinos fundamental e médio, a recomendação de trabalhar os conteúdos de ensino, a partir da experiência do aluno e considerando o seu contexto de vida e suas relações nos diversos espaços sociais, a saber: familiar, escolar, bairro, comunitário, entre outros (Correia; Lastória, 2023).

Como objetivo geral e na Geografia, a BNCC visa desenvolver o raciocínio geográfico, estimulando a compreensão do mundo através da análise espacial e da relação entre sociedade e natureza. Significa dizer que este documento ministerial busca que os alunos, como cidadão críticos e conscientes, desenvolvam competências e habilidades, para: analisar fenômenos geográficos, compreender a espacialidade e as dinâmicas sociais, econômicas e políticas, analisar e interpretar o mundo em diferentes escalas (espacialidade), analisar a importância do estudo da diversidade cultural, étnico-racial e social, analisar o mundo pela articulação da Geografia com outras disciplinas. Por estes objetivos, é possível pensar a formação de jovens periféricos como atores sociogeográficos³.

Portanto, no contexto escolar, coloca-se o problema de se pensar a Educação Geográfica nas periferias urbanas e promover alternativas que propicie ao aluno o desenvolvimento do espírito cidadão, pela mobilização, transformação e tomada de consciência. Araújo (2017), Bomfim e Correia (2018) acreditam que isto possa ocorrer por meio da articulação de conhecimento do senso comum (representações) inserido nas práticas socioculturais das comunidades locais, passando pelo conhecimento escolar até chegar ao conhecimento científico

Pelo estado da arte, particularmente nas periferias de Salvador e Lisboa, foi possível constatar que são raros, estudos que articulem *Redes sociais e políticas públicas juvenis*, com ênfase na Educação Geográfica nos espaços escolares e não escolares das periferias urbanas. Nesse sentido, urge a necessidade de pesquisas voltadas para as periferias urbanas, considerando que as experiências vividas nesses espaços são responsáveis por representações sociais e culturais e que podem ser de grande valia na articulação dos currículos escolares (Copatti, 2023; 2024). Mas, em situação dos contextos Soteropolitano e Lisboaeta, o que sabemos sobre a articulação entre as redes sociais de jovens periféricos e políticas públicas juvenis. Como esta articulação pode contribuir com a Educação Geográfica nas escolas de periferias urbanas.

As questões que norteiam esta pesquisa são: Qual a articulação entre as redes sociais de jovens periféricos e as políticas pública juvenis ? Como essa articulação pode contribuir para orientação de práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas?

Na tentativa de elucidar as questões formuladas, tem-se como Objetivo geral: analisar as redes sociais de jovens periféricos e sua articulação com as políticas públicas juvenis, a fim de contribuir com orientações de práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas. Os objetivos específicos que foram operacionalizados na investigação: Analisar as redes sociais de jovens periféricos; Verificar as possibilidades de articulação entre as redes sociais de jovens periféricos e as políticas públicas juvenis no Brasil e Portugal; Analisar como esta articulação pode orientar práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas.

Pelo exposto, no Brasil e em Portugal, este estudo de pós-doutoramento na Universidade Aberta de Lisboa, sobre a articulação entre Redes sociais de jovens periféricos e políticas públicas juvenis, com ênfase na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas, é relevante pois, a partir de saberes constituídos pelas experiências vividas por esses sujeitos, os resultados podem fazer avançar os conhecimentos científicos sobre suas representações que podem mobilizar reflexões acerca das relações constitutivas entre eles e as políticas públicas efetivas. Os aspectos que fragilizam a Educação Geográfica nas escolas de periferias urbanas, ainda carecem de investigação e de ação coletiva, cujos resultados possam contribuir para um trabalho docente mais qualificado. Assim, na dimensão didático-pedagógica, a apreensão do pensamento social e compreensão do comportamento de jovens periféricos, face às suas redes sociais e articulação com as políticas públicas juvenis pode possibilitar a orientação de práticas pedagógicas de professores da Educação Geográfica em escolas de periferias urbanas.

ENLACE TEÓRICO E METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Possível dialogo entre redes sociais e políticas públicas

Tecendo ainda consideração sobre o panorama educacional e os desafios impostos sobre os jovens como agentes sociais, Bomfim e Pimentel (2022) defendem uma nova realidade marcada pela coabitação das diferenças, onde as territorialidades e políticas públicas fazem parte das preocupações dos pesquisadores. Assim, o estudo se apoia na Teoria Social de Redes de Barnes (1972), pois nos remete a uma relação indivíduo/sociedade para entender o social. Essa teoria defende que as “redes sociais” são constituídas em processos que envolvem os sujeitos e suas conexões capazes de ultrapassar os limites de grupos e categorias sociais. Em tese, significa dizer que os jovens periféricos se organizam em grupos e estabelecem conexões entre si e outros, na esperança de transformação social diante das problemáticas locais e globais que se destacam.

Para além, essa teoria se articula com a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1961), como forma de compreender o pensamento social de jovens periféricos sobre suas redes sociais, sua possível articulação com as políticas públicas juvenis e orientação de práticas pedagógicas de professores da Educação Geográfica em escolas de periferias urbanas. Por esse viés, as representações sociais (RS) são definidas como um “conjunto organizado e hierarquizado de julgamentos, de atitudes e de informações que um determinado grupo social elabora sobre um objeto” (Abric, 1996, p. 12).

Pelo exposto, as RS são consideradas como princípios que organizam as práticas sociais e as relações simbólicas entre as pessoas frente a objetos sociais que as perpassam (Moscovici, 1961; Jodelet, 1997). Essa construção, enquanto processo, alicerça as RS pela comunicação e interação social que, por sua vez, evidenciam informações, organizadas e partilhadas coletivamente, revelando imagens que determinam o seu campo e guiam a ação social (Bomfim, 2004). Ora, se entender o processo de construção e apreender representações podem orientar as condutas ou práticas sociais, posso afirmar que elas podem orientar as práticas pedagógicas de professores na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas.

Sobre o processo de construção das representações sociais, destacamos dois: ancoragem e objetivação. Ancoragem é entendida como novos conceitos que são integrados aos repertórios pré-existentes. Pela ancoragem, os sujeitos tentam pela atividade cognitiva, tornar o que lhe é estranho em familiar. Ao passo que pela objetivação, se busca reconstruir a realidade social, ou seja, transformar as ideias abstratas em elementos concretos e tangíveis facilitando a compreensão do contexto.

As representações sociais desempenham várias funções importantes na sociedade, como: definir e proteger a identidade, e fortalecer a consciência de pertencimento (identitária), compreender e explicar a realidade social (cognitiva/saber), tornar o novo em familiar (familiarização), proteger e legitimar a identidade social que, por sua vez, mantém a coesão e identidade do grupo social (proteção e legitimação), justificar as ações e posturas (justificatória) e orientar práticas e condutas sociais (orientadora). Neste estudo, adotamos a função orientadora, pelas possibilidades de contribuição para orientação das práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas.

Portanto estas abordagens teóricas ancoradas com o pensamento sobre políticas públicas de Ball (1994) nos pareceram interessantes para o estudo.

Referente às políticas públicas, Ball (1994) afirma que a maioria delas é frágil, aperfeiçoada, remodelada, crivada de nuances e modulada através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriada em contexto da prática. Para Mainardes (2007), esta abordagem como referencial analítico é muito importante, pois no permite pensar os programas e políticas públicas desde a sua formulação, implantação e reflexos obtidos da sua prática.

Por esse viés e frente aos estudos realizados ao seio do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES), metodologicamente, esta pesquisa é do tipo qualitativa, que na concepção de Amado (2014) busca uma sistemática sustentada em princípios teóricos, éticos e empíricos. Para além, ela se ancora nas abordagens bibliográfica, documental e empírica, significa dizer que foi realizada por pesquisadores que utilizam o rigor científico para responde as questões formuladas e alcançar os objetivos específicos.

O percurso metodológico da investigação se deu em quatro etapas. A primeira, bibliográfica, teve como objetivo verificar o estado da arte sobre a temática em tela, a fim de justificar a relevância do estudo em contextos soteropolitanos (Brasil) e lisboetas (Portugal), cujo *locus* da investigação foram dois: Subúrbio Ferroviário de Salvador (SFS) e Área Metropolitana de Lisboa que passaremos a denominar Bairros Periféricos de Lisboa (BPL). A segunda, empírica, buscou-se analisar as redes sociais de jovens periféricos. Para isto, usamos a técnica da amostragem em “*snowball sampling*” (Biernarcki; Waldorf, 1981), para a aplicação de questionário sóciodemográfico contendo: nome do coletivo, seus representantes, quando e onde o coletivo se formou, sua localização, suas práticas e lugares em que atuam. Em seguida, aplicamos a entrevista semiestruturada aos 10 representantes de coletivos de jovens, busca em sites e redes sociais, com o objetivo de identificar e mapear os seus coletivos e analisar as conexões entre suas redes sociais. Na terceira etapa, a investigação documental em sites governamentais, buscou-se levantar e analisar as principais políticas públicas juvenis desses países.

Para tal, no Brasil, o recorte temporal considerou os períodos dos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2015), pelas bandeiras de luta e pelo reconhecimento social e descriminalização aos jovens. Os governos de Michel Temer (2015-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2020) que associados ao período da pandemia do Covid-19, desmontaram as políticas públicas juvenis e esgarçaram as desigualdades sociais, principalmente de periferias urbanas. Esses critérios associados aos indicadores abordados na problemática desse estudo serviram de base para eleição das categorias de análise das políticas públicas e programas voltados para: Educação, Cultura e Lazer, Empregabilidade e Promoção e Defesa dos Direitos da população juvenil. Já para Portugal, buscamos informações no site do Instituto Português de Desporto e Juventudes (IPDJ).

Finalmente, na quarta etapa, os dados coletados da entrevista semiestruturada e dos documentos foram sobrepostos e analisados de forma interpretativa-crítica para atender aos seguintes objetivos: verificar as possibilidades de articulação entre as redes sociais de jovens periféricos e as políticas públicas juvenis no Brasil e Portugal, e analisar como esta articulação pode orientar práticas pedagógicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas

REDES SOCIAIS DE COLETIVOS DE JOVENS

Contextos territoriais nos bairros periféricos de Salvador e Lisboa

Atendendo a segunda e terceira etapas da investigação, respectivamente no SFS e nos BPL, apresentaremos os resultados do questionário sociodemográfico, da entrevista e documentos, que buscaram analisar, de forma comparativa, as redes sociais de jovens e sua contribuição para orientação das políticas públicas dirigidas ao público juvenil, em contextos aproximativos nessas periferias urbanas.

Redes sociais e conexão dos coletivos de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador

A pesquisa intitulada *Representações sociais de redes de coletivos de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador: contribuições para as práticas socioeducativas em periferias urbanas* (Bomfim e Santana, 2021), iniciou-se junto aos líderes dos coletivos, por meio do celular/*watsapp* e email. A finalidade foi evocar a fala do total de 10 (dez) participantes sobre: nome do coletivo, seus representantes, quando e onde o coletivo se formou, sua localização e lugares em que atuam. A abordagem em camadas no *Facebook*, de acordo com a metodologia citada anteriormente, nos permitiu ampliar de 10 (dez) para 30 (trinta) coletivos distribuídos em vários bairros do SFS. Após a análise e sistematização dos dados, chegamos à distribuição dos coletivos por bairro (Tabela 1).

Tabela 1. Mapeamento ampliado dos coletivos e ações socioeducativas de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

N. de Coletivos	Localização	N. de Participantes	Ações Socioeducativas
01	Lobato	06	Teatro
02	Alto do Cabrito	27	Teatro
01	Fazenda Couto	07	Teatro
01	Periperi	33	Teatro
02	Periperi	37	Fotografia e Literatura
01	São Tomé de Paripe	04	Teatro
22	Plataforma	398	Teatro, Fotografia, Literatura e Dança
31		512	

Fonte: Santana (2021)

Os resultados apontam um total de 31 (trinta e um) coletivos. Numa análise mais aprofundada do conteúdo do discurso da entrevista, conseguimos agrupar as seguintes categorias: número de coletivos, localização, número de participantes e suas ações educativas. Os coletivos mapeados se formaram entre o período de 2014 a 2018, onde aqueles com o maior número de integrantes se localizam nos Bairros do Subúrbio de Plataforma (398), seguido por Paripe (37), Periperi (33) e Alto do Cabrito (27). Aqueles com os menores números se localizam respectivamente nos bairros do Lobato (6), Coutos (7) e São Tomé de Paripe (4) e praticam ações educativas que se inserem nas multilinguagens, tais

como: teatro, dança, linguagens artísticas como a fotografia, literatura e performances. Desse total de coletivos, é importante destacar que 22, dos mais antigos, estão localizados no Bairro de Plataforma. Em seguida, 02 em Periperi, 01 em Paripe e 01 em São Tomé de Paripe totalizando quatro coletivos com uma média de quatro anos. Finalmente, dos quatro coletivos mais jovens, 02 estão localizados no Alto do Cabrito, 02 respectivamente nos bairros de Lobato e Fazenda Coutos (Figura 2).



Fonte: Elaboração do estatístico Evaldo Simões (2020) apud Santana (2021).

Figura 2. Localização dos coletivos de jovens.

Ainda constatamos que a maioria dos jovens e coletivos se encontra nos bairros mais populosos: Paripe (55 mil hab.), Periperi (47 mil hab.) e Plataforma (34 mil hab.). Esta associação nos permite afirmar que as redes de coletivos se estabelecem entre eles, numa relação diretamente proporcional ao número de jovens, coletivos e população total do bairro e que buscam produzir arte e educação. Assim, a rede se expande, junto com os moradores das comunidades, e evidenciam saberes e oportunidades que fortalecem a identidade de grupo (Bomfim e Santana 2021). Em seguida, pela técnica da “bola de neve” os mesmos líderes foram solicitados a responder se eles conheciam outro coletivo ou outros. Em caso positivo, dizer como conheceram, a localização e o tipo de conexão (articulação) com esse (s) coletivo (s). As respostas transcritas e analisadas geraram a Tabela 2.

Tabela 2. Redes sociais e conexão dos coletivos de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

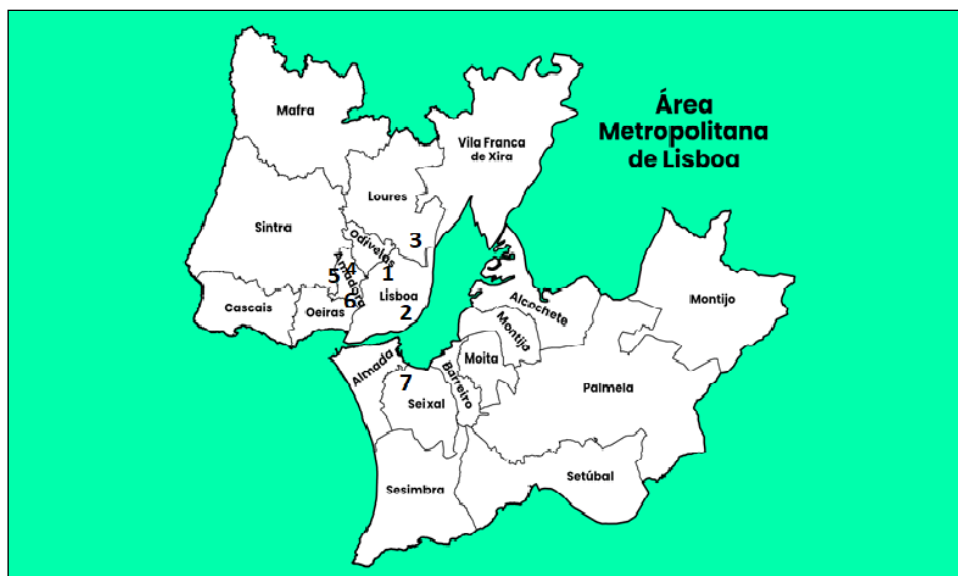
Qt.	Coletivo	Localização	Conexão	Localização	Tipo de Conexão
01	Ruássia	Plataforma	Herdeiros de Angola e Projeto Sim	Plataforma	Teatro
			Cutucar	Paripe	Teatro; Fotografia e Literatura
02	Herdeiros de Angola	Plataforma	Os Enclacados Moveer Dancer Projeto Sim	Plataforma	Teatro; Fotografia; Literatura e Dança
03	Cutucar	Paripe	Mobunjá Coletivo Incomode Os Enclacados A Rua	Paripe Fazenda Coutos Plataforma	Fotografia e Literatura Teatro
04	Projeto Sim	Plataforma	Herdeiros de Angola	Plataforma	Teatro Fotografia, Literatura e Dança
05	Coletivo Incomode	Plataforma	Cutucar	Paripe	Fotografia e Literatura Teatro
06	Produtores do Subúrbio	Alto do Cabrito	Sarau do Cabrito	Alto do Cabrito	Teatro
07	Sarau do Cabrito	Alto do Cabrito	Produtores do Subúrbio	Alto do Cabrito	Teatro
08	Os Enclacados	Plataforma	Cutucar Mobunjá	Paripe Fazenda Coutos	Teatro Fotografia, Literatura e Dança
09	Grupo Esquadrão	Plataforma	Moveer Dancer	Plataforma	Teatro
10	A Rua	Plataforma	Cutucar	Paripe	Teatro Fotografia, Literatura e Dança

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Considerando as redes sociais e conexões dos coletivos de jovens dos coletivos do SFS, é possível afirmar que dos 10 (dez) coletivos e seus líderes que compuseram a primeira amostra, a grande parte se concentra no Bairro de Plataforma e abriga um total de 398 jovens atuando com ações voltadas para Teatro, Fotografia, Literatura e Dança. Os dados também revelam que, para além do seu local de origem (Plataforma), esses coletivos atuam em outros bairros do subúrbio. A partir dessas características, podemos inferir que esses coletivos se estruturam a partir dos atores sociais que formam grupos e subgrupos que se conectam por fatores comuns, onde a arte e educação são os elementos de fortalecimento de identidades e solidariedade para as redes sociais.

Redes sociais e conexão dos coletivos de jovens dos bairros periféricos de Lisboa

Para os BPL, utilizamos a mesma técnica da amostragem de “bola de neve”. Assim, por meio das listas apresentadas pelo Prof. Dr. Otávio Raposo do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, e pela Sra. Rita Chaves da Associação Diálogo&Ação, conseguimos os primeiros informantes em potencial que indicaram outros até a exaustão. Ao final, nosso *locus* de pesquisa se concentrou em quatro Municípios e sete Bairros Periféricos de Lisboa representados na Figura 3.



Fonte: Adaptado do Google (2023).

Figura 3. Locus de pesquisa nos Bairros Periféricos de Lisboa.

Pelo site <https://www.pordata.pt/municipios>, em acesso 10 de maio de 2023, constatamos que o Município de Lisboa conta com 545.796 hab. Para o Bairro Lumiar encontramos um coletivo, dois coletivos para os bairros de Armador - Zona M de Chelas, uma vasta área da freguesia de Marvila com 35.463 hab. O Município de Loures com 201.590 hab, onde está situado o bairro Quinta do Mocho encontramos três coletivos e com várias obras de grafite estampadas nos prédios residenciais; No no Município de Amadora com 171.500 hab, situam-se três BPL: Cova da Moura com 04 coletivos, como um dos maiores e mais antigos enclaves de população migrante existentes na AML, seguidos de Casal da Boba com cinco e Reboleira com seis. Finalmente, o bairro Quinta da Princesa que situa-se no Município de Seixal com 166.507 hab e com sete coletivos. A maioria dos residentes deste bairro é de origem africana, nomeadamente cabo-verdianos. Associando esses dados àqueles recolhidos da pesquisa de Bomfim e Santana (2021), elaboramos a Tabela 3.

Tabela 3. População absoluta e relativa dos territórios de Salvador e Lisboa.

AML (abs.)	BPL (%)	BPL (abs.)	RMS (abs.)	SFS (%)	SFS (abs)
870.208	39,05	1.120.856	3.929.209	15,27	600.000

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em síntese, numa análise comparativa, os dados quantitativos da Tabela 3 demonstram que a RMS abrigava, em 2019, uma população de 3.929.209 hab., e insere cerca de 15,27% no Subúrbio Ferroviário de Salvador, ou seja uma população absoluta de 600.000 hab. Em 2021, do total de 2.870.208 habitantes da AML, aproximadamente 39,05% da população estava inserida nos territórios do estudo com 1.120.856 hab. Verificamos, ainda, que a RMS apesar de apresentar uma população absoluta maior que a AML, a população do SFS é 53,3% menor que aquela dos BPL. Entretanto, as características estruturais e sociais são semelhantes: jovens, adultos, crianças, idosos, convivem com elevados índices de violência,

apresentam na sua maioria jovens negros que participam de grupos, coletivos e/ou associação com atividades culturais que buscam reforçar suas identidades e aprendizagens.

Nesse primeiro momento, os dados recolhidos do questionário foram tratados pelo *software* SPSS e analisado estatisticamente pela frequência e percentual, e para análise específica das Redes sociais e conexões dos coletivos de jovens. Em seguida, ampliamos as buscas pelos sites e redes sociais dos coletivos informados e, assim, nos permitiram ampliar e mapear as redes dos coletivos de jovens, nos BPL com: nome, localização e ações socioeducativas (Tabela 4).

Tabela 4. Mapa do coletivo de jovens nos bairros periféricos de Lisboa.

N.	Coletivos e Associações	Localização	Ações socioeducativas
01	Associação Diálogo & Ação	Lumiar	Música (HipHop)
02	Gringa Rec		Música (HiHop)
03	Kriativu	Armador Zona M de Chelas	Música (HiHop), Podcast, Fotografia, Workshops
04	MBONG167 (LBC)	Cova da Moura	Musica (HipHop), Literatura
05	Associação Cultural Moinho da Juventude		Atividades esportivas, Música (Kova M - HipHop), Polo de informática, Biblioteca, Projeto EcoEscola, Apoio jurídico e social
06	NHMH		Música (HipHop)
07	Associação Cavaleiros de São Brás	Casal da Boba	Oficinas de leitura, Educação ambiental, Atividades esportivas.
08	Ação do Bairro	Reboleira	Projeto HipHop de Batom (Música)
09	Galeria de Arte Pública	Quinta do Mocho	Grafitte
10	Coletivo Quinta da Princesa	Quinta da Princesa	HipHop

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A Tabela 4 apresenta um total de dez coletivos localizados nos BPL, sendo que a maior quantidade está localizada no Lumiar (02) e Cova da Moura (3). Desses coletivos, oito têm a centralidade na música por meio da cultura *HipHop* e dois, para além da música, desenvolvem atividades literárias e esportivas, projetos ambientais e apoio Jurídico e profissional. Apenas um se destaca pelo *Grafitte*.

Dos coletivos mapeados, apenas a Associação Cultural Moinho da Juventude situado na Cova da Moura, se constitui como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), que nasceu em 1985, das conversações dos/as moradores/as, sobretudo as mulheres. Destacamos ainda, o Kriativu localizado em Armador – Zona M, considerado segundo Nuno Varela, “um atelier de criação para a comunidade” onde todos, para além dos jovens, podem aprender e explorar seus talentos, e a Galeria à Céu Aberto de Sacavem, na Quinta do Mocho. Bairro “problemático” e “violento” transformado pela ação ativista de jovens e parceiros, e pelo processo de requalificação discursiva em uma das maiores galerias de *street-art* ao ar livre da Europa. Segundo Kedy e Kalli, jovens protagonistas dessa ação, “as expressões artísticas nascidas no Mocho são “gritos de resistência” ao racismo, à precariedade laboral e às imagens mediáticas que o representam negativamente”. Essas ações, consideradas como “criatividade pela sobrevivência” vão ao encontro do que foi evidenciado na pesquisa com os jovens da Cova da Moura, que “inventaram uma forma de transformar uma identidade negativa, que lhes foi imposta, numa identidade positiva” (Vaz, 2014, p. 103).

Portanto, podemos afirmar que a maioria dos coletivos de jovens das periferias urbanas da AML desenvolve atividades nas dimensões socioeducativa, sociocultural e/ou socioprofissional, onde por meio de projetos sociais e da Cultura HipHop, o *rap negro*, o *Graffiti* da periferia (NuBai o rap negro de Lisboa) evidenciam o combate ao racismo, à exclusão, à violência policial, à pobreza e coloca os jovens para pensar sobre as questões sociais e suas identidades no território. Sobre isso, em seus estudos, Raposo, Alves, Varela e Roldão (2019) já denunciavam essa violência e abriam um debate social sobre o racismo estrutural e institucional em Portugal.

Após o mapeamento dos coletivos de jovens, analisamos as redes sociais e suas conexões, a fim de apreender pistas que contribuíssem para orientações de políticas públicas juvenis nas periferias urbanas. Para tal, em questionário sociodemográficos (*Googleform*) enviado, pelo *watsapp* e *e-mail*, aos líderes identificados e que aceitaram, pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), participar do inquérito, foi solicitado responder questões de identificação pessoal (idade, gênero e escolaridade) e do coletivo (nome, ano de criação, quantidade de jovens e tempo de participação). Para além, eles deveriam dizer como conheceram, a localização e o tipo de conexão (articulação) com esse(s) coletivo(s).

Dos dez coletivos mapeados, tivemos uma amostragem de treze líderes respondentes, sendo que dois fazem parte da Associação Diálogo & Ação e dois do GingaREC. Esses líderes apresentam o seguinte perfil: a maioria é do gênero masculino, cursando o Ensino Superior entre o 1 (graduação), 2 e 3 ciclos (mestrado e doutorado), com mais de 25 anos e participam há mais de 16 anos nesses coletivos. Significa dizer que a maioria dos coletivos se formou no período de 2000 a 2023 e abriga em média 30 jovens, mas atendem à comunidade em geral. Em relação ao perfil dos jovens e as redes de coletivos de Salvador/Bahia/Brasil, verificamos que embora os BPL apresentem uma maior população em relação ao SFS, esse insere uma quantidade maior de jovens (512) com baixa escolaridade e um maior número de coletivos (30), com tempo de formação entre 2014 a 2018 e ações socioeducativas semelhantes.

Quanto suas conexões com outros coletivos, a Tabela 5 nos demonstra que dos treze líderes entrevistados, apenas três coletivos não estabelecem conexões com outros: Associação Cavaleiros de São Brás, Ação do Bairro e Gringa Rec.

Tabela 5. Redes sociais e conexão dos coletivos de jovens nos Bairros Periféricos de Lisboa.

Qt.	Coletivo (M)	Localização (M)	Conexão	Localização	Tipo de Conexão
01	Associação Diálogo & Ação	Lumiar	Kriativus	Zona M de Chelas	
			MBONG167 (LBC)	Cova da Moura	HipHop rapper
			Associação Moinho da Juventude		
			Coletivo Quinta da Princesa	Quinta da Princesa	HipHop rapper
02	Associação Moinho da Juventude	Cova da Moura	MBONG167 (LBC)	Cova da Moura	HipHop rapper
03	Estúdio Kova_M		Estúdio Kova_M		
			MBONG167 (LBC)	Cova da Moura	HipHop rapper
			NHMH		
04	Coletivo Quinta da Princesa	Quinta da Princesa	Associação Diálogo & Ação	Lumiar	HipHop rapper
05	MBONG167 (LBC)	Cova da Moura	Associação Diálogo & Ação		HipHop rapper

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As redes sociais e conexões dos coletivos do quadro acima reforçam o protagonismo juvenil na territorialidade dos BPL: Cova da Moura e Lumiar, em função do maior número de habitantes de seus municípios: Amadora com 171.500 hab. e Lisboa com 545.796 hab. totalizando 717.296 hab. Significa dizer que, no primeiro município, a população jovem entre 15 a 24 anos é de 53% (90.895) e do segundo com 38% (207.402), e juntos correspondem aproximadamente a 298.297 hab. ou 41,5% de jovens com potencial mobilizador para as práticas socioeducativas, socioculturais e socioprifissionais. Os resultados ainda revelam que os coletivos mais densamente conectados, para além do seu território, atuam em fluxo nos outros BPL, principalmente em Cova da Moura.

Em contexto aproximativo com o SFS – Bahia – Brasil, é possível inferir que esses coletivos se conectam a partir dos agentes sociais mobilizadores comuns que promovem – a Arte e Educação e reforçam, fortemente, a identidade de jovens negros de periferias urbanas. Mas uma vez, o componente identitário se revela como um conector de redes sociais construídas por eles.

POLÍTICAS PÚBLICAS JUVENIS NO BRASIL E EM PORTUGAL

Um diálogo possível

Partimos da afirmativa de Gonçalves (2022) quando fala do Brasil, como país formado por 50 milhões de pessoas de 15 a 29 anos que representa um quarto da sociedade brasileira. Nesse sentido, essa investigação chama a atenção para a necessidade de políticas públicas para as juventudes, um conceito sociológico fundado na “diversidade das condições de ser jovem, no contexto em que estes estão inseridos e na singularidade de como cada sujeito se vê e se percebe em suas conjunções físicas e psíquicas” (Garrido, 2020, p. 35). Embora se considere a faixa etária como uma variável importante, os fatores culturais, econômicas e sociais, são marcadores específicos de cada dinâmica em que eles se encontram.

Considerando o contexto da nossa problemática, lembrando que, após a pandemia a situação se agravou e revelou alguns indicadores alarmantes: o percentual de jovens, de 14 a 17 anos, desempregados é de 41,8% e entre os de 18 a 24 anos, 26, 8% (Queiroz, 2022); aumento da evasão escolar de 1,41% para 5,51% após a covid-19 (Neri; Osorio, 2022) e, ainda, como mencionam Perez e Vommaro (2023), intensificação da perseguição, criminalização e repressão de jovens de periferia urbanas e daqueles que se mobilizaram disputando as ruas e espaços públicos em tempos de restrição da mobilidade. Portanto, lembrando o recorte para a pesquisa documental, nos períodos dos Governos: Lula (2003 a 2011), Dilma Rousseff (2011 a 2015) e Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016 a 2023).

Políticas públicas juvenis no Brasil

A partir desses indicadores, elegemos como categorias de análise, políticas públicas e programas voltados para Educação, Cultura e Lazer, Empregabilidade e Promoção e Defesa dos Direitos da população juvenil.

Quadro 1. Políticas públicas e programas voltados para a população juvenil – Lula (2003-2011).

Dimensão	Políticas Públicas	Objetivo
Educação	PROUNI ⁴	Ofertar bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.
	PROEJA ⁵	Oportunizar a formação integrada de jovens e adultos.
	PRONATEC	Aumentar a oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos através de assistência financeira e técnica.
Cultura e Lazer	-	-
Empregabilidade	PROJOVEM integrado ⁶	Combater a pobreza e a exclusão social através da integração entre as políticas de emprego e renda.
	PNPE ⁷	Desenvolver habilidades gerais e estímulo a práticas associativas; Reorganiza o Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Empreendedorismo Juvenil e incorpora o 'Escola de Fábrica. Elevar a escolaridade; qualificar a profissão inicial em produção rural.
Promoção e defesa dos Direitos	PROJOVEM ⁸	Criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 1 apresenta as principais políticas públicas e programa do período de 2003 a 2011, referente ao Governo Lula. Nesse período tivemos marcos importantes voltados para a juventude: Realização do Projeto Juventude (Instituto Cidadania), Constituição da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (Legislativo Federal), Criação do Grupo Interministerial de Juventude e do Fórum Nacional de Gestores e Secretários da Juventude, Regulamentação e contratação de aprendizes, Convenção Ibero-Americana - primeiro Tratado de Direitos Humanos voltado para a Juventude, Conferência Nacional da Juventude, Pacto pela Juventude, Elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, Aprovação da Emenda Constitucional nº. 65, a PEC da Juventude, que inseriu o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da CF. É possível afirmar que esse governo é marcado por políticas públicas e programas voltados para a Educação, Empregabilidade, Promoção e defesa dos Direitos de jovens, a partir do lançamento do PROJOVEM e PROJOVEM Integrado.

Quadro 2. Políticas públicas e programas voltados para a população juvenil - Dilma Rousseff (2012-2015).

Dimensão	Políticas Públicas	Objetivo
Educação	PRONATEC	Aumentar a oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos.
	PROUNI	Ampliar a oferta de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de baixa renda.
		Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte; promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
Cultura e Lazer	Cultura Viva	Possibilitar o mapeamento e cadastro das iniciativas de cultura com base territorial e comunitária do país.
Empregabilidade	PNAP	Desenvolver habilidades gerais e estímulo a práticas associativas;
Promoção e defesa dos Direitos	PROJOVEM	Criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades.
	PRONASCI-	Fortalecer a política de segurança e cidadania de jovens e adolescentes periféricos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 2, observa-se que as políticas e programas implementados no Governo Lula são ampliadas. Destacamos a partir do Plano Plurianual 2012/2015, que as propostas se inserem nas dimensões da Educação e Empregabilidade, com ações no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com objetivos que acenam para avançar nas políticas de juventude com incentivo à participação social e “expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2012).

Outro avanço foi a ampliação dos investimentos em acesso da população juvenil ao ensino superior mediante a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Programa REUNI e continuidade do PROUNI – Programa Universidade para Todos, e implementação do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP) com ampliação do número de jovens admitidos em contratos de aprendizagem. Tudo isso demonstrou o compromisso com o Estatuto da Juventude (2013) que trata do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda, e reforça as ações de promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação, prevista no PROJOVEM. Para além, cria-se os Programas: Cultura Viva no Ministério da Cultura com a participação de jovens; Segundo-tempo; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) com diversas ações voltadas para a segurança e cidadania de jovens e adolescentes periféricos e prevê atividades de cultura, educação e formação.

Finalmente a apresentamos no Quadro 3, o cenário das políticas públicas para juventude, nos governos Michel Temer (2015-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2020), e os impactos no período da pandemia e pós-pandemia do Covid-19.

Quadro 3. Políticas públicas e programas voltados para a população juvenil - Michel Temer (2015-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2020).

Dimensão	Políticas Públicas	Objetivo
Educação	-	-
Cultura e Lazer	-	-
Empregabilidade	Plano Nacional de Empreendedorismo e Start-up.	Promover práticas de empreendedorismo e associativismo.
	Projeto Amanhã.	Inserir jovens rurais ao mercado de trabalho.
	Programa Horizontes	Fomentar e desenvolver o empreendedorismo resiliente e a inovação
	Programa Espaço	Implantar unidades de ambiente criativo de inovação para estimular o aprendizado, proporcionar oportunidade de capacitação técnica, ampliação de habilidades, competências técnicas e socioemocionais para jovens de 15 a 29 anos.
Promoção e defesa dos Direitos		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 3 reforça nossas convicções sobre o desmonte nas políticas públicas juvenis durante os governos Temer e Bolsonaro, com cortes de orçamento e descontinuidades de programas e onde o reconhecimento da juventude, como sujeito de direitos, foi fortemente atacado (Castro; Oliveira; Rico, 2022).

Vale destacar, ainda pela pesquisa documental, que a Secretaria Nacional de Juventude⁹ desenvolveu apenas quatro iniciativas, todas centradas na capacitação em novas tecnologias para estimular a inclusão laboral dos jovens via empreendedorismo: 1) Plano Nacional de Empreendedorismo e Start-up ; 2) Projeto Amanhã; 3) Programa Horizontes – Juventude Empreendedora; e 4) Programa Espaço.

Significa dizer que, ao contrário, tivemos, durante os governos Lula e Dilma, mais debates e formulações sobre a Agenda de Trabalho Decente para a Juventude.

POLITICAS PUBLICAS JUVENIS EM PORTUGAL

Sobre políticas públicas juvenis em Portugal, a busca de informações no site do Instituto Português de Desporto e Juventudes (IPDJ) apontou que existem 14 dimensões de políticas públicas para juventudes e, aproximadamente, 70 programas, projetos, prêmios e planos (Quadro 4).

Quadro 4. Políticas públicas para juventudes em Portugal.

Dimensões	Políticas Públicas	Objetivo
Cultura e Criatividade	Programa Jovens Criadores	Incentivar a criação, produção e difusão de atividades culturais e artísticas.
Associativismo Jovem	Programas de Apoio ao Associativismo Jovem	Apoiar a desenvolver as atividades juvenis (associações, organizações, coletivos, etc.)
Habitação, Emprego e Empreendedorismo	Programa Escolha	Promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, particularmente de descendentes de migrantes e de crianças e jovens ciganos/as.
Saúde Juvenil	Programa Cuida-te	Assegurar as entidades externas a desenvolver a Educação para Saúde dos jovens.
Voluntariado e Tempos Livres	Programa Movijovem	Promover a mobilidade e o intercâmbio juvenil na vertente social, educativa, cultural, desportiva e recreativa a todo o público jovem, nacional e estrangeiro.
Cidadania e Participação	“Prémio jovem pela igualdade”	Promover e proteger os direitos humanos das pessoas jovens: igualdade e inclusão.

Fonte : Elaborado pelo autor (2023).

O Quadro 4 destaca seis dimensões das políticas públicas e cinco programas que se aproximam do contexto brasileiro. Dessas políticas, apenas uma se evidencia genuinamente para a população de jovens que se encontram nas periferias urbanas dos BPL. Trata-se do *Programa Escolha (PE)*, criado em 2001, de âmbito nacional e tutelado, atualmente, pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações e integrado no Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.). Ele é estruturado em três áreas de intervenção: Educação, Formação e Qualificação; Emprego e Empreendedorismo e Dinamização Comunitária e Cidadania, tem como objetivos: promover a igualdade e inclusão social; reforçar a coesão social, por meio da educação, formação e qualificação, do emprego e empreendedorismo, assim como dinamizar de forma comunitária, a participação e a cidadania. Como já citado por Raposo e Aderaldo (2019) que esse Programa é tendencioso e empurra os jovens para uma posição passiva. Significa dizer que não valoriza o protagonismo juvenil diante de suas ações políticas e socioeducativas e, numa concepção ideológica, abafa suas posturas mais reivindicativas e insurgentes.

Em síntese, os resultados das pesquisas: bibliográfica, empírica e documental, nos permitiram apontar alguns elementos importantes para se estabelecer relação entre redes sociais e conexões de coletivos de jovens e as políticas públicas juvenis, no Brasil e em Portugal. De forma breve, podemos afirmar que jovens periféricos, inseridos em seus coletivos estabelecem conexões e implementação de ações que respeitam suas diferenças e direitos, e elevam o seu protagonismo social, (Martins, 2012, p. 79). Logo, as pistas revelam que: 1) são raras as políticas públicas voltadas para o atendimento de jovens periféricos urbanas; 2) essas políticas são tuteladas ao governo e não ao Estado¹⁰, existindo assim fragilidades na sua efetivação, dependendo da instabilidade política e governamental; 3) As diversas políticas e programas estão inseridos no Plano Plurianual (Brasil) e no Plano Nacional para a Juventude (Portugal)¹¹ que apontam, por um lado, superação das metas e medidas implantadas e, por outro lado, apresentam especificidades para o público juvenil em geral e generalizações para o público jovem de periferias urbanas (negros/as e ciganos/as).

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DE ESCOLAS DAS PERIFERIAS URBANAS

Possíveis orientações nas práticas pedagógicas docentes

A análise interpretativa-crítica dos discursos dos jovens periféricos de Salvador e Lisboa, nos permitiram aprender um pensamento social carregado de significados socio-simbólicos e afetivos, sobre suas periferias, com conceitos e significados que subvertem a ordem do significante e coloca este lugar no centro a partir das potencialidades desenvolvidas por eles. No campo da Geografia, este conceito de “periferia” construído socialmente como objeto de representações não encontra eco na teoria centro-periferia, bastante criticada pelas ciências humanas e sociais aplicadas, quando descreve a relação desigual entre diferentes regiões ou países, dividindo-os em um “centro” (países desenvolvidos) e uma “periferia” (países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos).

Entretanto, aproximando-a para a categoria do espaço urbano, verificamos que existe um pensamento social hegemônico e linear, construído sobre este significante – periferias – nas bases da espacialidade e do distanciamento que coloca os territórios de desigualdades e vulnerabilidade sociais às margens ou nas bordas. Então, o pensamento social sobre redes sociais de jovens periféricos revelaram seus atos e suas conexões transversalizadas de saberes capazes de fortalecer identidades e orientar práticas socioeducativas nas periferias urbanas.

Esses resultados se aproximam das orientações da BNCC, para o Ensino da Geografia, na perspectiva da compreensão da diversidade das sociedades para construção de sua identidade. Aqui é nítida a subversão da categoria e região, em função da categoria de território que se apresenta como um conceito polissêmico, ou seja, que pode ser definido por diversas dimensões: geográfica, social, psicológica, cultural, etc. Por esse viés, podemos eleger algumas temáticas para serem trabalhadas na prática pedagógica dos professores de escolas das periferias urbanas. “O sujeito e seu lugar no mundo”, “Conexões e escalas”, “Mundo do trabalho”, “Formas de representação e pensamento espacial”, e “Natureza, ambientes e qualidade de vida”. Nesse sentido, este estudo coloca o problema de se pensar a educação nas periferias urbanas como forma de promover alternativas que propicie ao aluno o desenvolvimento do espírito cidadão, pela mobilização, transformação e tomada de consciência.

Em relação às políticas públicas educacionais, buscando atender às necessidades da educação nas periferias urbanas, entendemos que os resultados nos possibilitam pensar em princípios-guias que norteiem o diálogo entre Universidade – Sociedade – Escola – Comunidade – cuja pauta seja as periferias urbanas com suas características objetivas no contexto da realidade social, mas também com sua complexidade, pela subjetivação das suas populações (jovens,) que se reconhecem e se identificam como periféricos. Isto implica em pensar políticas que dialoguem com as potencialidades de suas experiências e práticas socioeducativas, definidas nos nossos estudos como atos de investimentos e interpretação do espaço vivido (território) e traduzidas pelas manifestações artísticas e culturais (*hip hop*, *grafite*, *passinho*, *vídeo fotografia*, *empreendedorismo solidário*, etc).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES....

As preocupações em relação aos jovens periféricos fazem parte de um debate social e acadêmico, e recaem notadamente na reflexão sobre políticas públicas e programas desde a sua formulação,

implantação e efetividade. Nesse sentido a produção científica em torno do objeto em questão, a contextualização sobre os Bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador e dos Bairros Periféricos de Lisboa, a discussão sobre as redes sociais e suas conexões, e orientações para políticas públicas juvenis se fizeram presentes nesse estudo. Dos resultados da investigação, três pontos emergiram: 1) são vastas as produções científicas em torno da participação da juventude em periferias urbanas; 2) dificuldades da aplicabilidade da legislação em promover e proteger os direitos humanos das pessoas jovens e da prioridade, a igualdade, inclusão e proteção das pessoas jovens na emancipação e autonomia; 3) formulação de políticas inequívocas, capazes de desenvolver e impulsionar o potencial da juventude em periferias urbanas. Nesse percurso, as bases teóricas e metodológicas, nos permitiram tecer algumas considerações, de forma articulada, sobre os dois últimos pontos e apresentar algumas recomendações.

Pelos resultados, é perceptível que, em ambos os países, os jovens se encontram transversalizados pelas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, que as colocam como protagonistas das suas próprias histórias para contribuição às transformações sociais nos seus espaços de vida. Assim, eles tecem suas redes sociais e conexões, a fim de exercerem suas ações socioeducativas que possibilitem o fortalecimento de identidades.

Nesses contextos aproximativos, a legislação nacional dos países em tela, garante certos direitos sociais, como a educação, a vida, a igualdade, a imigração e a associação, entretanto, os estudos continuam demonstrado que as desigualdades sociais ainda afetam grande parte dos jovens periféricos, violando seus direitos e excluindo-os de políticas públicas. Portanto, urge a necessidade de entender e refletir sobre essas ações empreendidas pelos coletivos de jovens periféricos, como forma de refletir sobre a necessidade de avançar com importantes agendas voltadas para políticas públicas como: Jovens em situação de vulnerabilidade; Jovens indígenas; Jovens homossexuais; Jovens do campo; Jovens com deficiência.

O estudo demonstrou que existe um tensionamento entre os diversos segmentos da sociedade e as políticas públicas educacionais efetivas que impactam com maior intensidade na educação profissional, educação do campo e educação das periferias urbanas. Significa dizer que os discursos oficiais, apesar de afirmar o compromisso do Estado e da sociedade com a educação pública de qualidade social, os mesmos presidem as políticas públicas em resposta às demandas sociais por direitos à cidadania e a vida digna. Contudo, os textos das políticas passam por processos de recontextualização em meio ao jogo de disputas entre demandas provenientes de diversos agentes: agências bilaterais, organizações do capital mundial, Estados, setores empresariais, movimentos sociais, comunidades escolares, gestores, famílias, entre outros.

Finalmente, estes resultados podem nos servir como pressupostos para possíveis elaborações de projetos de extensão que buscam solucionar problemas existentes no processo de formação de professores e alunos da educação básica, e discente da educação superior, indicando a necessidade de produção de princípios-guia que orientem políticas públicas na Educação Geográfica de escolas das periferias urbanas. Para isto, a organização e produção de saberes sociais articulados com o conhecimento científico nos parecem um caminho para o fortalecimento entre a Universidade, Escola e Comunidade local.

NOTAS

- 2 Segundo Bomfim e Garrido (2022), são aqueles que se reconhecem e se identificam no seu espaço de vida, nas periferias urbanas.
- 3 Segundo Bomfim e Garrido (2022), são aqueles que se reconhecem e se identificam no seu espaço de vida, nas periferias urbanas.
- 4 Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
- 5 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica.
- 6 Inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social [...] foi uma experiência de corresponsabilização entre o governo federal e o municipal, com a formação de comitês gestores locais. O Soldado Cidadão (MD) e o Jovem Aprendiz (MTE) permaneceram inalterados, este último funcionando como uma das modalidades de inserção do Consórcio da Juventude”. <https://1library.org/article/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-a-juventude-no-governo-lula.6zk620my>
- 7 Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - Jovem Aprendiz MTE -Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado.
- 8 Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), em 2005, através do Decreto-Lei No 11.129/2005.
- 9 Ligada à Presidência da República e ao Ministério das Mulheres e Família.
- 10 O debate social e científico também não se intensificou havendo assim a necessidade de ampliar os estudos sobre essa seara, apesar de haver uma iniciativa por parte dos investigadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, sobre o Programa Escolha e suas intervenções (Raposo; Aderaldo, 2019).
- 11 O Plano Nacional para a Juventude (PNJ) é o instrumento político de coordenação intersectorial da política de juventude em Portugal. O principal objetivo é reforçar a concretização dos direitos dos/as jovens, promovendo a sua emancipação e desenvolvimento pessoal, tanto a nível económico, como social. O II Plano, aprovado a 11 de agosto de 2022, sucede ao Plano Nacional para a Juventude 2018-2021, lançado pelo XXI Governo, o qual superou as metas inicialmente previstas em mais de um terço do total de medidas e terminou com 85% das medidas implementadas ou em execução conforme o relatório.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. La recherche sur les représentations sociales: l'étude expérimentale des représentations sociales. IN: ABRIC, Jean-Claude; DESCHAMPS, Jean-Claude; BEAUVOIS, Jean-Léon, (Orgs.). **Des attitudes aux attributions: sur la construction de la réalité sociale**. Grenoble: PUG, 1996. p. 158-161
- BALL, Stephen. **Education Reform: critical and pos-structural approach**. Buchingham. Open University Press. 1994.
- BARNES, John Arundel. **Social Networks**. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF,

- 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 de abril de 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BIERNARCKI, Patrick; Waldorf, Dan. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, v.10, n.2, p.141-163, nov.1981.
- BOMFIM, Natanael Reis. Geografia escolar: qual o seu problema? **Revista Caminhos da Geografia**, v. 7 n. 18 (2006): Junho, 2006.
- BOMFIM, Natanael Reis; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. Epistemologias e metodologias invertidas nas pesquisas colaborativas e solidárias em educação: desafios e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v.17, n.45, p.149-169, jan/abr. 2022.
- BOMFIM, Natanael Reis; GARRIDO, Walter Von Czékus. Representações sociais sobre o futuro de jovens periféricos e suas contribuições às práticas socioeducativas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.60, n.63, p.1-24, 2022.
- BOMFIM, Natanael Reis; SANTANA, Jeanne Lopes. Representações sociais de redes de coletivos de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador- Bahia: contribuições para as práticas socioeducativas em periferias urbanas. **REVASF**, Juazeiro, v.11, n.26, p.71-96, 2021.
- BOMFIM, Natanael R; CORREIA, Silvia Letícia C. P. Narrar o cotidiano escolar: espaço vivido e currículos praticados. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica** v. 3 n. 9, 2018.
- CAMPOS, Ricardo; VAZ, Cláudia. Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes. **Sociedade e Cultura**, 16 (1), 129-141, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/703/70329744013>. Acesso em 14 de maio de 2023.
- CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de e Andrade, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília/DF: IPEA, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná; OLIVEIRA, Raphaela Miranda de; RICO, Thiago Cruz. As Políticas Públicas para Juventude no Brasil – revendo a trajetória recente. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **CLACSO**, 2022.
- CORREIA, Sílvia Letícia Costa Pereira; LASTÓRIA, ANDREA COELHO . O bairro onde moro: tecendo conhecimentos geográficos pela construção de mapas afetivos. **REIDICS**, v. 1, p. 139-158, 2023.
- CORREIA, Maria Isabel. T. D; RAMOS, Rodrigo. F; BAHTEN, Luiz Carlos V. Os cirurgões e a pandemia do COVID-19. **Revista Colégio Brasileiro de Cirurgões**, 47(1), 1-6. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-6991e-20202536>, 2020.
- DAYRELL, Jurarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.24, p.40-52. Set /Out /Nov /Dez 2003.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.
- DE TOMMASI, Livia. Culto da performance e performance da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos. **Crítica e Sociedade**, Revista de Cultura Política, v. 5, n. 2, p.100-126, Dossiê - Mai 2016.
- DOWBOR, L. **Educação e Desenvolvimento Local**. Disponível em <http://dowbor.org/06edulocal.doc>. Abril de 2006. Acesso em: 29/04/2025.
- GARRIDO, Walter Von Czékus. (2020). **Representações sociais sobre futuro na realidade de jovens: tessituras do imaginário nas práticas socioeducativas**. (Tese de Doutorado em Educação).

Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil.

GONÇALVES, Beatriz. **Principais propostas do Plano de Governo Lula-Alckimin para a juventude**. Disponível em: <https://www.fundacao1demaio.org.br/principais-propostas-do-plano-de-governo-lula-alckimin-para-a-juventude/>. Acesso em: 16 de abril 2024.

HOLLANDA, Heloísa HOB. **Coletivos**. [online]. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br>. Artigos: Cultural Digital-Periferia. Arquivo: Coletivo, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades, Panorama populacional do município de Salvador-BA do Censo de 2010**, Brasília, DF, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. France : PUF, 1997.

MAINARDES, Jefferson. **Interpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse: son image et son public**. France : PUF, 1961.

NERI, Marcelo. **Retorno para a escola, jornada e pandemia**. FGV Social, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/items/bb781f3f-7c4b-4927-a999-4c548b5e09bb/full>. Acesso em 16 de abril de 2024.

PIMENTEL, Gabriela Rêgo Sousa; BOMFIM, Natanael Reis; SANTANA, Jeanne Lopes. Redes de coletivos de jovens periféricos e práticas socioeducativas. **Sisyphus journal of education**, Lisboa, v. 9, n.3, p. 30-55, nov/fev. 2021.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude. **Análise Social**, XXV (105-106), (1.º, 2.º), p.139-165, 1990.

QUEIROZ, Christina. Desafios da juventude no Brasil. **Revista Pesquisa Fapesp**, Junho de 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desafios-da-juventude-no-brasil/>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

RAPOSO, Otávio; VARELA, Pedro. Faces do racismo nas periferias de Lisboa: uma reflexão sobre a segregação e a violência policial na Cova da Moura, **IX Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2017. **Anais[...]** Disponível em: https://www.aps.pt/ix_congresso/docs/final/COM0425.pdf. Acesso em 14 de maio de 2023.

RAPOSO, Otávio; ALVES, Ana Rita; VARELA, Pedro; ROLDÃO, Cristina. Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 119. Número semitemático, p.5-28, 2019.

VARELA, P; RAPOSO, Otávio; FERRO, Lúcia. Redes de sociabilidade, identidades e trocas geracionais da “Cova da Música” ao circuito musical africano da Amadora. **Revista sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n.º 86, p.109-132, 2018.

VAZ, Cláudia. Reflexões e práticas identitárias de jovens da Cova da Moura (Amadora, Portugal). **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, vol. 3, nº 2, p. 91-105, out. 2014.